



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.14

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Segurança Pública EaD, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 07 de março de 2023, *considerando* os termos do expediente protocolado sob nº 22.000068886-7, de 24.10.2022, que foi analisado pelas Câmaras de Graduação e de Extensão, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.16, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, modalidade a distância, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate, Vice-reitor**, em 16/03/2023, às 16:20, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1351022** e o código CRC **CC475DDB**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

- Página: <http://portal.uepg.br/>
- Fone: (42) 3220-3000
- Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa/PR
- Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa/PR

1.3 Diretriz Curricular

- Resolução CNE/CP nº1 de janeiro de 2021- Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- CNE 277/2006- Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- Portaria Interministerial nº 158-A de 09 de fevereiro de 2010.
- Parecer CNE/CES nº 436/2020 - Consulta sobre a exclusividade de oferta do curso superior de Tecnologia em Segurança Pública para profissionais da carreira de segurança pública.

1.4 Perfil e Missão da IES

A UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do Estado do Paraná, autarquia de direito público e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana.

1.5 Dados Socioeconômicos da Região

A cidade de Ponta Grossa está situada na região conhecida como Campos Gerais, no Segundo Planalto Paranaense. Impulsionada pelo crescimento da indústria e do comércio, a economia de Ponta Grossa já é a quinta maior do Estado do Paraná e uma das mais importantes da região Sul. O grande diferencial do município é sua proximidade com grandes centros econômicos, como São Paulo e Curitiba, além de estar localizado em um dos mais importantes corredores de escoamento do agronegócio nacional.

Pelo complexo rodoferroviário de Ponta Grossa são transportados produtos essenciais, como: grãos (soja, milho, trigo, café), carnes e fertilizantes; matérias-primas para a indústria e construção civil; veículos e peças automotivas; insumos florestais (madeira, papel, celulose).

As principais rodovias de Campos Gerais são a PR-151, a BR-376 e a BR-277, que cruzam o Estado do Paraná de norte a sul e atendem parte dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, além do Paraguai. Essas estradas também ligam os polos



agrícolas do Centro-Oeste do país e do Norte paranaense ao Porto de Paranaguá, que escoam a produção dessas regiões e faz o desembarque do maior volume de fertilizantes usados nas lavouras brasileiras.

Além disso, passam pela cidade duas ferrovias de grande relevância, que dão fluidez ao transporte de cargas do norte do Estado ao Porto de Paranaguá e a Curitiba.

Quanto às indústrias, Ponta Grossa concentra o beneficiamento da soja e cereais, bem como no processamento de alimentos, bebidas, fertilizantes, insumos florestais (madeira, papel e celulose) e metalurgia.

Em relação ao comércio, Ponta Grossa está na região de maior densidade populacional no Estado do Paraná, com mais de 350 mil habitantes em 2020, segundo informações do IBGE. Por ter o maior PIB per capita da sua microrregião, acima de R\$ 43 mil, é natural que o município registre uma atividade comercial pujante, com grandes centros comerciais e redes varejistas e atacadistas.

Ponta Grossa apresenta uma rica e diversificada rede de serviços, com destaque para sua ampla infraestrutura de transportes, grande rede hospitalar e importantes instituições de ensino técnico e superior, como a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.6 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na região centro-sul do Estado, abrangendo 22 municípios em sua área de influência, foi criada pelo Governo através da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual nº 8.837, de 08/11/49, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 32.242, de 10/02/53; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 921, de 16/11/52, reconhecida pelo Decreto Federal nº 40.445, de 30/11/56, posteriormente desmembrada na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei nº 5.261, de 13/01/66; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 2.179, de 04/08/54, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355, de 18/03/61; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 03/66, de 12/01/66, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 69.697, de 03/12/71.

A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público, através da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

O início das atividades da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi assinalado pela posse do Professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, no cargo de Reitor e do Professor Odeni Villaca Mongruel para o cargo de Vice-Reitor, ambos nomeados pelo Senhor Governador do Estado, Dr. Paulo Cruz Pimentel, pelo Decreto nº 20.056, de 06/05/70.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa tem por finalidade produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino; da pesquisa e da extensão; da produção do conhecimento e da cultura; da reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática.

2. DADOS SOBRE O CURSO

2.1 Nome do Curso: **TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA**



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.14

FL. 3 DE 43

2.2 Habilitação/Grau: () Bacharelado () Licenciatura (X) Tecnologia

2.3 Modalidade de Ensino: () Presencial (X) Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso: 08 (oito) Polos Avançados - Ponta Grossa, Campo Largo, Cruzeiro do Oeste, Londrina, Paranaguá, São João do Ivaí, Telêmaco Borba, Siqueira Campus.

2.5 Turno de Funcionamento: () Matutino () Vespertino
(X) Integral () Noturno

2.6 Carga Horária do Curso:

	Carga Horária
MODULO I - Formação Básica Geral	600h
MODULO II - Formação Específica Profissional	795h
MODULO III - Diversificação ou Aprofundamento	180h
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	34h
Carga horária das disciplinas	1.609h
Extensão como componente curricular *	180h
Carga Horária Total do Curso	1.789h

* 10% do total da CH do curso. Caso tenha CH de extensão em disciplina, descontar na informação total dos grupos anteriores.

2.7 Tempo de duração do Curso: 02 (dois) anos

2.8 Ano da Primeira Oferta: 1º Semestre de 2023

2.9 Atos Legais:

- Criação: **Edital CAPES nº 9/2022 - Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) Processo nº 23038.009848/2021-13 – UEPG nº 88881.683691/2022-01**
- Reconhecimento: NSA - 1ª Turma

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

- Campus universitário: Central em Ponta Grossa
- Setor: Setor de Ciências Jurídicas
- Departamento: Direito Processual
- Contato: (42) 3220-3397, 3220-3398; <https://www2.uepg.br/secijur/>

2.10 Número de Vagas Ofertadas:

Total:	150 vagas
---------------	------------------

2.11 Conceitos do Curso:

Conceito Preliminar de Curso (CPC)	(2023)	NSA
Conceito ENADE	(Ano)	NSA

2.11 Dados sobre o Coordenador do Curso



Nome do coordenador do curso: Rauli Gross Junior	
Titulação:	Doutor
Portaria de designação:	Portaria R. nº 2022-790
Formação Acadêmica:	Bacharel em Direito
Graduação	Bacharelado em Direito, Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG, 1997
Pós-Graduação	Doutorado em Direito, Universidade Católica de Santa Fé – UCSF, 2016
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	20 horas
Regime de trabalho do coordenador do curso	Dedicação Exclusiva
Tempo de exercício na IES	15 anos
Tempo na função de coordenador do curso	1º ano – primeira turma

2.12 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
Prof. Volney Campos dos Santos	Doutorado	TIDE	Portaria Reitoria 402/2021
Ludmilo Sene	Mestrado	TIDE	Portaria Reitoria 402/2021
Igor Sporch da Costa	Doutorado	TIDE	Portaria SECIJUR 05/2022
Guilherme Amaral Alves	Mestrado	TIDE	Portaria SECIJUR 04/2022
Kleber Cazzaro	Doutorado	40	Portaria SECIJUR 06/2022
Maria Cristina Baluta	Doutorado	TIDE	Portaria SECIJUR 02/2022
Gisele Cristina de Oliveira	Mestrado	40	Portaria SECIJUR 06/2021
Marcia Santos da Silva	Doutorado	TIDE	Portaria SECIJUR 06/2021
Regina Fátima Wolochn	Doutorado	40	Portaria SECIJUR 09/2022

2.13 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Elisabeth Mônica Hasse Becker Neivert	Doutorado	TIDE	06 Meses
Jefferson Marcos Biagini Medina	Mestrado	TIDE	06 Meses
Paola Damo Comel	Mestrado	40h	06 Meses
Zilda Mara Consalter	Doutorado	TIDE	06 Meses

2.15 Dados sobre Discentes Ingressantes e Formados

- Não se aplica ao curso de Tecnologia.

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO



3.1 Apresentação do Curso

Trata-se de um novo curso, que iniciará suas atividades a partir do 1º Semestre de 2023. O curso será ofertado pelo Departamento de Direito Processual, vinculado ao setor de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, e visa a formação do Tecnólogo em Segurança Pública e seu currículo foi construído em consonância com a Resolução CNE/CP nº 03 de 18/12/02, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia, com fundamento no Parecer CNE/CES Nº 436/2001 e no Parecer CNE/CP 29/2002, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 12 de dezembro de 2002, sendo cursos de graduação, com características especiais, que conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo.

O PPC foi construído para atender as necessidades das organizações públicas, ligadas a área de segurança, que buscam gestores com formação holística altamente especializados, preparados para trabalhar em equipe, realizar planejamentos, implantar e gerenciar ações preventivas relacionadas à situação de conflitos/crise, capacitando-os a exercer ações administrativas de políticas governamentais, na esfera regional, estadual e nacional.

Esse curso pretende preparar profissionais qualificados para o planejamento, desenvolvimento, organização, avaliação e supervisão de programas, projetos e planos de segurança; na gestão de pessoas, materiais e processos, principalmente na gestão de riscos e de crises na área da Segurança Pública, está alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia em Segurança Pública e tem como objetivo principal a formação acadêmica do(a) Tecnólogo(a) em Segurança Pública, generalista, com base ética, humanística, engajamento comunitário, social e intelectual que domine o uso de novas tecnologias e seja agente de transformação da sociedade.

Entre as unidades curriculares previstas no PPC, os discentes deverão cumprir atividades complementares, e atividades voltada a extensão, nos termos da Resolução nº 7, de 18/12/18, do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES), exigência legal para obtenção do título de Tecnólogo em Segurança Pública.

3.2 Justificativa

A criação do curso Tecnologia em Segurança Pública se deve à necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais da área que atuam em diferentes órgãos públicos municipais, estaduais e federais, como: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Guarda Municipal, Penitenciárias, Secretarias de Segurança Municipais e Estaduais e Ministérios. Destaca-se ainda fatos como a alteração no status do setor responsável por administrar a população carcerária no Paraná, em que o Governo transformou o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen) em Departamento de Polícia Penal (Deppen), ampliando a atuação do grupo operacional. Essa alteração foi realizada para regulamentar a legislação federal, que por meio da Emenda Constitucional 104/2019 estabeleceu que as questões relativas ao sistema prisional sejam de responsabilidade da Polícia Penal, que passa a ser parte integrante dos órgãos de Segurança Pública. Nessa nova configuração, o processo formativo desempenha papel ainda mais importante. Os cursos na área, em sua maioria, são privados, limitando a possibilidade de realização de muitos profissionais, o que justifica a necessidade de uma oferta por uma instituição pública como a UEPG e de forma gratuita pelo convênio Capes/UAB.

Ao tratarmos dos problemas da sociedade contemporânea, verificamos que entre os principais estão aqueles relacionados a área de Segurança, seja, pelo desenvolvimento



de Políticas Públicas voltadas a prevenção, que implicam no tratamento das causas do desvio comportamental, ou aqueles que visam a recuperação ou reinserção social do autor do ilícito. Trata-se de um processo multifuncional e, seu bom desempenho, depende de decisões rápidas e planejadas pelos gestores e implementadas pelos atores sociais que trabalham na área de segurança.

O curso será oferecido em 08 (oito) polos presenciais, sendo eles nas cidades de Ponta Grossa, Campo Largo, Cruzeiro do Oeste, Londrina, Paranaguá, São João do Ivaí, Telêmaco Borba e Siqueira Campus, regiões que possuem diversos órgãos públicos que trabalham na área de Segurança, seja do governo federal, estadual ou municipal, no âmbito civil e militar. Com o objetivo de promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores públicos dos três poderes, bem como a capacitação de novos profissionais para atuarem no setor público, a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/SETI, em parceria com a CAPES e com o apoio das Prefeituras Municipais do Paraná (responsáveis pela estruturação dos Polos), promovem o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública na modalidade de Ensino à Distância (EaD). Com o acesso às novas tecnologias de comunicação e ao mesmo tempo a necessidade de formação em grande escala da população e ampliação do acesso ao ensino superior, a Modalidade da Educação à Distância se torna o mecanismo eficiente para viabilizar esta capacitação pela UEPG, de forma a cumprir com seus objetivos institucionais.

A oferta do curso de Tecnologia em Segurança Pública, justifica-se pela necessidade regional de aperfeiçoamento dos diversos atores sociais que operam na área de segurança, seja no âmbito local ou regional, tendo como foco, prepará-los para atuarem como gestores no setor público. Esta proposta está em consonância com a necessidade de formação elencada por órgãos como, a Polícia Rodoviária Federal, que entende que ela poderá propiciar aos servidores da PRF que ainda não possuem graduação a possibilidade de concluírem o ensino superior. Ressaltam ainda que ela gerará aprimoramentos dos profissionais e trará enormes benefícios à sociedade, tomadora dos serviços da PRF. O Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná – Regional Ponta Grossa, também é um órgão que ressalta a extrema importância do curso para a carreira do Servidor Prisional, visto que prepara os profissionais para a gestão de pessoas e de conflitos através do planejamento e do desenvolvimento de técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública.

A oferta do curso de Tecnologia em Segurança Pública nos polos UAB do Paraná dinamiza profissionalmente e contribui para a criação de estratégias voltadas à redução dos problemas relacionados à criminalidade em toda a região nas quais o curso será ofertado. A formação desses profissionais impactará em sua atuação, por abordar a gestão de pessoas e de conflitos, através do planejamento e do desenvolvimento de técnicas-operacionais no âmbito do sistema de segurança pública. O profissional tecnólogo em Segurança Pública, trabalhará principalmente na investigação e proposição de estratégias para melhoria da segurança, fomentando o trabalho em equipe, análise e gerenciamento de riscos, estudo dos sistemas de informação, tecnologias empregadas na área, negociação de conflitos, entre outros, de modo a estabelecer novas práticas de segurança e assessoramento na administração pública.

A proposta é uma formação inovadora, voltada a formação de gestores atuantes, de modo a reunir num mesmo processo de atuação o planejamento, a execução, o controle da criminalidade e dos processos inerentes ao sistema de segurança pública, contribuindo na formação e capacitação de pessoas, para o campo de trabalho que é vasto, oferecendo significativas contribuições para o avanço do conhecimento sobre as organizações públicas, sobre os modos de segurança e articulação entre os seres humanos, sustentadas pelas mais diferenciadas concepções e distintas experiências públicas, bem como na capacitação de pesquisadores e docentes na área da Segurança Pública.

O curso de formação ocorrerá na modalidade EaD a qual requer ainda mais autonomia dos estudantes no desenvolvimento dos estudos, o que está em consonância



com a proposta de protagonismo dos estudantes. A formação também será desenvolvida a partir de metodologias que propiciem a interação dos estudantes com os professores e a análise constante de situações reais.

3.3 Objetivos

O curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UEPG, foi desenvolvido com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelece à formação de um profissional com conhecimento técnico-científico, permeados de atividades de caráter humanístico, ético e com formação multidisciplinar.

Nesse sentido, o curso tem, como Objetivo Geral, a qualificação pessoal servidores públicos que trabalham na área da Segurança, visando uma formação com abordagem de saberes e competências diversas, que visam preparar o Tecnólogo, para assumir o exercício da Segurança Pública nas esferas municipal, estadual e federal.

Especificamente, se pretende:

- a) Capacitar os quadros de servidores para atuarem na Segurança Pública em suas diversas esferas;
- b) Capacitar profissionais para intervirem na realidade social, visando a manutenção da boa convivência da sociedade por meio do estabelecimento de programas e ações de administração de conflitos sociais, combate ao crime e repressão da violência;
- c) Contribuir para que o servidor público desenvolva visão estratégica da administração pública, para atuar de forma competente, pautado nos valores e princípios éticos, articulando saberes com os conhecimentos de sua formação acadêmica;
- d) Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da Segurança Pública, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a segurança;
- e) Agir comprometido com as transformações político-econômico-sociais-culturais, adequando a prática tecnológica às continuas exigências do mundo contemporâneo.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

As diretrizes para o curso superior de tecnologia em Segurança Pública apontam para a formação ético-humanística necessária à construção do cidadão e para a formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe. As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural.

O tecnólogo em Segurança Pública deve ser capaz de atuar como gestor, consultor de segurança, segurança comunitário, na captação e gestão de recursos para programas e na elaboração de políticas preventivas e de repressão contra violência, além da área de pesquisa.

O profissional formado estará apto a:

- I - Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal, atinentes à Segurança Pública, planejando e gerindo ações e equipes;
- II – Desenvolver processos de promoção da cidadania e dos direitos humanos, como condição para a reintegração social e redução das taxas de criminalidade;
- III – Estar consciente quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão de como interagir com a sociedade por meio da produção de informações sobre a segurança pública e a reintegração social dos egressos das prisões;



IV - Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas de segurança pública, de forma a diagnosticar fatores de risco e pontos fracos na segurança pública do Estado;

V - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

VI - Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais e ética profissional.

VII - Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

VIII - Expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

IX - Promover e apoiar, com determinação e vontade política e administrativa, a educação continuada de servidores públicos, capacitando o servidor a identificar novas demandas na área de segurança pública, a partir dos conteúdos e práticas estudadas e apreendidas;

X - Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

XI - Gerir recursos humanos, administrativos e financeiros de uma organização ou unidade operacional de segurança pública;

XII - Agir com proatividade e criatividade, tomando iniciativa para o suporte de ações voltadas para o intraempreendedorismo e o empreendedorismo público;

XIII – Elaborar, planejar, implantar e avaliar os resultados das políticas públicas de controle da criminalidade.

3.5 Campos de Atuação

O Projeto Pedagógico do presente curso, foi elaborado para capacitação profissional dos servidores que atuam nas diversas áreas da Segurança Pública em nosso estado, os quais devem ter concluído o Ensino Médio completo e/ou egressos do Ensino Superior. O Curso tem, como estratégia, a articulação do campo teórico com o profissional, motivo pelo qual foi estruturado em 3 (três) módulos, o primeiro relacionado a disciplinas de Formação Básica Geral, o segundo de Formação Específica Profissional, e o terceiro relacionado a matérias de Diversificação ou Aprofundamento.

A proposta pedagógica tem, ainda como atividade integrativa, disciplinas relacionadas a atividades de Extensão, as quais se integram à matriz curricular e à organização do ensino e da pesquisa, constituindo-se num processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, e tecnológico, que promoverá a interação do ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Dessa forma, o curso corrobora para um processo formativo que trará maior qualidade de discussões acerca da atuação dos profissionais envolvidos nas atividades de Segurança Pública de nosso estado.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

Não se aplica ao curso de Tecnologia na modalidade de Educação a Distância.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

Não se aplica ao curso de Tecnologia na modalidade de Educação a Distância.

3.8 Extensão como Componente Curricular

A extensão nos processos formativos das Universidades é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização do ensino e da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da



sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa

No âmbito do Curso de Tecnologia em Segurança Pública, na modalidade de Educação a Distância, a atividade de extensão se fundamenta no perfil desejado do formando, que visa capacitação e aptidão para compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômico-financeiras, políticas, ambientais, culturais e humanas das organizações públicas para sua administração, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão.

Está previsto na Matriz Curricular 3 (três) disciplinas de extensão, denominadas Extensão Universitária Aplicada: I - Polícia Comunitária; II - Sistema Prisional; III - Conselhos Comunitários na Área De Segurança, com carga horária total de 180 horas.

3.9 Flexibilização Curricular

O curso foi estruturado em três módulos a serem desenvolvidos em quatro semestres letivos. A proposta curricular foi construída de forma a integrar as disciplinas de Formação Básica Geral, Formação Específica Profissional e de Diversificação ou Aprofundamento, para que os acadêmicos possam ter uma visão sistêmica das matérias ao longo do curso, numa proposta interdisciplinar, que tem como eixo principal uma formação profissional para o exercício da Segurança Pública nas esferas municipal, estadual e federal.

No módulo das disciplinas de Diversificação e Aprofundamento a flexibilização curricular se faz presente a partir da possibilidade de o aluno optar por algumas das disciplinas ofertadas. A ampla gama de disciplinas ofertadas tem justamente a finalidade de oportunizar que o aluno opte pelo perfil formativo mais alinhado aos seus interesses profissionais e possa participar ativamente da construção do seu currículo.

O foco da flexibilização curricular no curso de Tecnologia em Segurança Pública é no desenvolvimento da autonomia do estudante, a partir das ideias de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

Ao final do curso, o acadêmico estará habilitado a desenvolver projetos e gerenciar situações relacionadas a sua prática profissional, de forma que possa contribuir com o setor Público ao qual está lotado, flexibilização curricular e atendimento pedagógico para suprir as necessidades e especificidades educacionais dos acadêmicos. O aluno reprovado em uma ou mais disciplinas, terá o direito a cursar novamente a(s) disciplina(s), em forma de repercurso, conforme regulamentação da UEPG.

3.10 Prática como Componente Curricular

Não se aplica ao curso de Tecnologia.

3.11 Atendimento aos Temas Transversais

O PPC foi elaborado para atender a legislação vigente, notadamente à inclusão de aspectos relacionados às:

a) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Para o atendimento da Deliberação CEE 04/2006, de 02/08/2006, que institui normas complementares às Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, essas foram inseridas nas ementas de componentes curriculares pertinentes e devem ser abordadas de forma transversal nos componentes curriculares do curso, Componente Curricular que aborda a temática em sua ementa é **“DIVERSIDADE CULTURAL II - RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS IDOSAS, INDÍGENAS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA”**.



b) Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, Lei nº 13.185/2015, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. A acessibilidade, condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, Decreto nº 5296/2004. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e, quanto a Proteção os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Deliberação CEE n.º 02/2016: Acessibilidade pedagógica e atitudinal. Abordagem de conteúdos e materiais didáticos adaptados à pessoa com deficiência. Para o atendimento da temática, a mesma será tratada no componente curricular **“DIVERSIDADE CULTURAL II - RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS IDOSAS, INDÍGENAS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA”**.

c) Disciplina Libras como obrigatória já consta no PPC em implantação.

d) Aspectos referentes às Políticas de Educação Ambiental Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Deliberação CEE/PR nº4, de 12 de novembro de 2013 - Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012. Com relação às Políticas de Educação Ambiental, o tema é abordado no componente curricular **“GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO”**. Especificamente se trata de Educação Ambiental e do Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto Nº 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa Nº 10, de 12/11/2012.

e) Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012; Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, Deliberação n.º 02/2015-CEE). O tema é abordado no componente curricular na disciplina **“FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DE 1988 – DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA”**.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

- Avaliação interna dados da CPA, avaliação interna do Colegiado quando houver;
- Avaliação externa (MEC e outras);
- Acompanhamento do egresso (indicações sobre a atuação dos egressos e/ou dados de avaliação do curso obtidos com egressos).

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

O processo de avaliação e sistema de avaliação do rendimento acadêmico deve considerar a legislação específica aprovado pela Instituição:

1) A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância compreende na verificação da aprendizagem, por meio de avaliação processual e de prova presencial/virtual. A avaliação processual de cada disciplina, será realizada por meio de atividades disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem e por meio de instrumentos variados. Essa sistemática de avaliação deve estar prevista no mapa da disciplina proposto pelo professor. E ao final de cada disciplina será realizada uma prova presencial/virtual, de caráter obrigatório.

2) As avaliações, na modalidade a distância, são realizadas na plataforma AVA-Moodle e/ou nos Polos de Apoio Presencial. Entende-se por avaliação presencial as atividades realizadas no polo, tais como: seminários, oficinas, provas presenciais/virtuais.

3) O resultado do rendimento escolar da disciplina será calculado a partir das notas obtidas na avaliação processual e na prova presencial. Ficarão dispensados do exame final da



disciplina o acadêmico que obtiver nota mínima de aprovação, conforme regulamentação de cada IES.

4) O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal.

5) O aluno que não realizar prova ou exame no prazo estabelecido para avaliação da disciplina, pode requerer prova ou exame em época especial, apresentando justificativa, no prazo estipulado em Instrução Normativa de cada IES.

6) A recuperação do aproveitamento dos alunos é realizada por meio de atividade Complementar na plataforma AVA. Para o aluno reprovado em uma ou mais disciplinas, tem direito a cursar novamente a(s) disciplinas(s), em forma de repercurso, conforme regulamentação da UEPG.

7) Outros critérios de avaliação e recuperação estão estabelecidos nas Normas Acadêmicas da Educação a Distância e instruções específicas publicadas pelo Núcleo de Educação a Distância em conjunto com a coordenação do curso, conforme regulamentação de cada IES.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Disciplinas Integrantes do Currículo Pleno

O curso foi estruturado em três módulos a serem desenvolvidos em quatro semestres letivos, iniciando suas atividades a partir do mês de abril de 2023.

O Núcleo de Educação a Distância de cada IES tem se dedicado ao estudo de diferentes propostas pedagógicas que norteiam a modalidade, o que tem oportunizado analisar concepções que orientam tanto o trabalho pedagógico do professor, quanto a estrutura didática do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA Moodle, onde os cursos oferecidos pelas IES têm ganhado uma dimensão diferenciada.

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública as práticas pedagógicas são entendidas como aquelas ações educativas que acontecem no seio da sala de aula (no caso da modalidade EaD, o campo de prática – um AVA) e permitem diferentes relações: professor-aluno, aluno-aluno, professor-conteúdo-aluno-metodologias. Dando ênfase a modalidade de EaD, as pessoas são envolvidas por diferentes perspectivas, principalmente na organização do trabalho pedagógico.

Neste sentido, com o apoio da equipe do Núcleo de Educação a Distância das IES os coordenadores do curso realizam o acompanhamento didático e pedagógico de professores que atuarão no curso. A principal função da equipe é tratar das questões pedagógicas das disciplinas, incluindo apoio aos professores com relação ao planejamento da disciplina, bem como ao gerenciamento dos conteúdos na plataforma Moodle. Esse grupo tem a tarefa de coordenar a produção de espaços, métodos e técnicas para que os objetivos propostos para a modalidade sejam atingidos.

Para que estas ações realmente se concretizem, organizou-se uma estrutura de acolhimento aos professores, de forma presencial e virtual. A partir de um contato inicial, é possível observar que existe um espaço para a construção de um conhecimento amplo, colaborativo, dialógico e interativo. Os encontros do professor e da equipe do Núcleo de Educação a Distância proporciona uma constante reflexão sobre a ação educativa no AVA, com vistas à melhoria da qualidade de ensino oferecido pelo curso. Neste sentido, se reconhece que esse processo de mediação acontece a partir de duas premissas: planejamento do trabalho do professor e do professor-tutor.

O planejamento é um momento que antecede a organização e o gerenciamento da disciplina na plataforma Moodle. Um dispositivo didático importante e norteador para pensar qualquer disciplina é o mapa da disciplina que funciona como um plano de ensino detalhado, com as especificidades da modalidade. Neste mapa, questões pontuais como textos de introdução das unidades, bem como atividades propostas e materiais complementares, sistematizam toda a organização da disciplina, como alternativas didáticas



que podem se tornar mais adequadas e didaticamente coerentes com a proposta apresentada. A produção de áudios de acessibilidade e de vídeo aulas também são planejadas e executadas na fase inicial e fazem parte do pacote didático criado pelo professor.

No PPC está prevista a integralização de 180 (cento e oitenta) horas em disciplinas de diversificação e aprofundamento, das quais o acadêmico deverá matricular-se em 04 (quatro) das 10 (dez) disciplinas optativas de 45 (quarenta e cinco) horas, descritas na Matriz Curricular (item 5.2.3), e que serão oferecidas nas datas estabelecidas no Fluxograma (item 9).

A dinâmica que envolve o processo de ensino e de aprendizagem nas disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos partem do documento disponibilizado ao professor. A partir de um contato inicial com o professor, ocorre a ciência de que existe um espaço para a construção de um conhecimento amplo, colaborativo, dialógico e interativo. Essa dinâmica é planejada e executada a partir da prática de cada IES.

- **MÓDULO I - 600 (Seiscentas) horas:** para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais. Trata-se das disciplinas de **FORMAÇÃO BÁSICA GERAL**.

- **MÓDULO II - 795 (Setecentos e noventa e cinco) horas:** para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento relacionados a **Formação Específica Profissional de Tecnólogo em Segurança Pública**, para o domínio pedagógico, e que visa a aquisição de saberes, competências e capacidades indispensáveis para o exercício qualificado de atividades profissionais relacionadas.

- **MÓDULO III - 180 (cento e oitenta) horas:** apresentam-se as disciplinas de diversificação e aprofundamento, as quais têm o objetivo de proporcionar aos acadêmicos que se apropriem cada vez mais de assuntos relacionados a sua área de atuação, possibilitando assim uma reflexão ampla sobre as dificuldades que serão encontradas no decorrer da sua vida profissional, bem como possíveis estratégias para saná-las da melhor forma possível, pois para que se tenha uma boa prática é preciso ter como suporte a teoria para fundamentar e respaldar suas ações. O acadêmico deverá optar por outras 04 (quatro) das 10 (dez) disciplinas de diversificação ofertadas.

- **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC - 34 (trinta e quatro) horas:** apresenta-se a disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, voltada à realização de pesquisa científica.

- **EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR - 180 (cento e oitenta) horas:** está previsto na Matriz Curricular 3 (três) disciplinas de extensão, denominadas Extensão Universitária Aplicada: I - Polícia Comunitária; II - Sistema Prisional; III - Conselhos Comunitários na Área De Segurança.

5.2 Matriz Curricular - Currículo Pleno

5.2.1 Disciplinas de Formação Básica Geral

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Pedagogia	509	Introdução à Educação a Distância	1ª	1º Semestre	0%	45h



Segurança Pública	602	Fundamentos Constitucionais de 1988 – Direitos Humanos no Contexto da Segurança Pública	1ª	2º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Fundamentos de direito penal e direito processual penal voltados à segurança pública	2ª	3º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Sociologia da Criminalidade e da Violência	1ª	1º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Segurança pública e sociedade globalizada – desafios e enfrentamentos	1ª	1º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Diversidade Cultural I - Violência de Gênero e contra a criança e adolescente	1ª	2º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Diversidade Cultural II - Racismo e violência contra Pessoa Idosa, Indígenas e Pessoas com Deficiência.	2ª	3º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Mapeamento do crime como instrumento de estruturação de ações preventivas	1ª	2º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Gestão da Informação e Tomada de Decisão	1ª	1º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Extensão Universitária – aplicada a Polícia Comunitária.	1ª	2º Semestre	100%	60h
Segurança Pública	602	Métodos e Técnicas de Pesquisa	2ª	4º Semestre	0%	60h
Total de Carga Horária						600 h

5.2.2 Disciplinas de Formação Específica Profissional

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Segurança Pública	602	Sistema e Políticas de Segurança Pública no Brasil: Órgãos de Segurança Pública.	1ª	2º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Controle externo dos órgãos de Segurança Pública: o papel do Ministério Público, do Judiciário e da sociedade	1ª	2º Semestre	0%	60h



Segurança Pública	602	Tecnologia da Informação a Serviço da Segurança Pública: Aplicabilidade, Efetividade e Integração	1ª	2º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Macro e Microcriminalidade, Criminalidade Transnacional e Reditícia	1ª	2º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Gestão Integrada da Segurança Pública: Gabinetes de Gestão Integrada – Coordenação e planejamento em Grandes Eventos	2ª	4º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Segurança Pública e sua relação com o sistema de justiça criminal	2ª	4º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Mídia, Comunicação Social e Segurança Pública	2ª	3º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Cadeia de custódia de provas, preservação e valorização das provas e das evidências em local de crime	2ª	3º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Políticas Penitenciária e a sua relação com a Segurança Pública	2ª	3º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Gestão de Pessoas no Setor Público	2ª	3º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Direito Administrativo Sancionador e a Nova Lei de Improbidade	2ª	4º Semestre	0%	60h
Segurança Pública	602	Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises	2ª	4º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Extensão Universitária – aplicada ao Sistema Prisional	2ª	3º Semestre	100%	60h
Segurança Pública	602	Extensão Universitária – aplicada aos Conselhos Comunitários	2ª	4º Semestre	100%	60h
Total de Carga Horária						795 h

5.2.3 Disciplinas de Diversificação e Aprofundamento

ÁREA DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Segurança Pública	602	Plano de carreira para o servidor público	2ª	3º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Ética na Gestão Pública	2ª	3º Semestre	0%	45h



Segurança Pública	602	Qualidade de vida e Saúde do Profissional de Segurança Pública	2ª	4º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Inteligência emocional no serviço público	1ª	2º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Compliance e Transparência no Setor Público	2ª	4º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Planejamento Estratégico para desenvolvimento de Projetos	2ª	3º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Procedimentos de Abordagem através do uso moderado dos meios e Técnicas de Defesa Pessoal	1ª	2º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Primeiros Socorros: Procedimentos e técnicas no atendimento emergencial	2ª	4º Semestre	0%	45h
Segurança Pública	602	Gestão e Sustentabilidade no Setor Público	2ª	3º Semestre	0%	45h
Estudos da Linguagem	510	Libras	2ª	4º Semestre	0%	45h
Total de carga horária obrigatória						180 h

5.3 Estágio Curricular Supervisionado

Em relação ao estágio supervisionado, cabe salientar que o mesmo é facultativo para os Cursos Superiores de Tecnologia, conforme preceitua a Resolução CNE/CP Nº 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia em seu artigo 4º, conforme segue:

§ 2º A carga horária mínima dos cursos superiores de tecnologia será acrescida do tempo destinado a estágio profissional supervisionado, quando requerido pela natureza da atividade profissional, bem como de eventual tempo reservado para trabalho de conclusão de curso.

5.4 Extensão como Componente Curricular

A extensão nos processos formativos das Universidades é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa

No âmbito do Curso de Tecnologia em Gestão Pública a atividade de extensão fundamenta-se no perfil desejado do formando, que visa capacitação e aptidão para compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômico-financeiras, políticas, ambientais, culturais e humanas das organizações públicas para sua administração, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão.

Estão previstas na Matriz Curricular 3 (três) disciplinas de extensão, denominadas **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (I, II e III) APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**, com carga horária total de 180 horas.

5.5 Disciplinas



Áreas De Conhecimento	Código	Disciplina	Série	Semestre	% Ext	Ch
Segurança Pública	602	Extensão Universitária – Aplicada A Polícia Comunitária.	1ª	2º Semestre	100%	60h
Segurança Pública	602	Extensão Universitária – Aplicada Ao Sistema Prisional	2ª	3º Semestre	100%	60h
Segurança Pública	602	Extensão Universitária – Aplicada Aos Conselhos Comunitários	2ª	4º Semestre	100%	60h

5.6 Disciplinas na Modalidade de Educação a Distância

Não se aplica ao curso de Tecnologia em Segurança Pública da UEPG, uma vez que este curso será ofertado integralmente a distância.

5.7 Disciplinas com Aulas Práticas, Experimentais e/ou Laboratoriais

Não se aplica ao curso de Tecnologia.

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

LEGISLAÇÃO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004	DIVERSIDADE CULTURAL II - RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS IDOSAS, INDÍGENAS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	60 h
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.185/2015, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003.	DIVERSIDADE CULTURAL II - RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS IDOSAS, INDÍGENAS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	60 h
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.	LIBRAS	45 h
Aspectos referentes às Políticas de Educação Ambiental Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.	GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO	45h
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012; Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, Deliberação n.º 02/2015-CEE)	FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DE 1988 – DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	60 h



7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ACADÊMICO CIENTÍFICO-CULTURAIS

Para o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública não há normativa em que ocorra a previsão de Atividades Acadêmicas Complementares no PPC. Especificamente, neste Projeto Pedagógico não há previsão para Atividades Acadêmicas Complementares.

7.1 Organização do Trabalho de Conclusão de Curso

Em relação ao TCC embora facultativo como aponta o parágrafo terceiro do Art. 4º, conforme prescrito na Resolução CNE/CP Nº 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, este se caracteriza como disciplina curricular obrigatória, **com carga 34 horas**, o que é legitimado pelo Parecer CNE/CES nº 239/2008 que assim se manifesta em relação a matéria:

§ 3º A carga horária e os planos de realização de estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso deverão ser especificados nos respectivos projetos pedagógicos.

A carga horária destinada ao TCC é superior a quantidade mínima exigida para os Cursos Superiores de Tecnologia.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
Segurança Pública	602	Trabalho de Conclusão de Curso	2ª	2º Semestre	0%	34h

8. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

8.1. Disciplinas de Formação Básica Geral – Modulo I

01) Disciplina: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Concepções de educação a distância. Evolução história. O aluno EaD. Tutoria em EaD. Metodologia em EaD. Avaliação na EaD. Perspectivas atuais de educação a distância: mídias interativas e plataformas virtuais de aprendizagem				
Referências: ALVES, L. e NOVA, Cristiane (Org.). Educação a distância. São Paulo: Futura, 2003. COSTA, Maria Luisa Furlan (Org.). Educação a distância no Brasil: avanços e perspectivas. Maringá: Eduem, 2013. FARIA, Eliane Turk (Org.). Educação Presencial e Virtual: espaços essenciais na escola e na empresa. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2006. LITWIN, Edith (Org.). Educação a Distância: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001. MORAES, R. de A. (Org.). Linguagens e Interatividade na Educação a Distância. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 111-132. PRETTO, Nelson de Luca. Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: avaliando políticas e práticas, Rio de Janeiro: Quartet, 2001.				

02) Disciplina: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DE 1988 – DIREITOS HUMANOS



NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: A segurança pública e seu aspecto constitucional. Órgãos de segurança pública. As polícias federais e estaduais. A guarda municipal e seus reflexos constitucionais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. A segurança pública como direito fundamental. Segurança Pública e Democracia. Apresentar a relação constitucional e as forças de segurança pública, bem como garantias e deveres a elas inerentes. Discussão sobre o direito fundamental à segurança pública. Aprofundar a incursão sobre a relação entre a segurança pública e a democracia.				
Bibliografia: Básica Segurança Pública e Democracia. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. 1ª Edição: 2011. A Constitucionalidade da Segurança Pública. Flávio Cristiano Costa Oliveira. 1ª Edição: 2010. Segurança Pública: Fundamentos Jurídicos para uma Abordagem Constitucional. Humberto Barrionuevo Fabretti. 1ª Edição. Atlas. 2014. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 6ª edição, revista. Livraria Almedina. Coimbra, 1995.				

03) Disciplina: FUNDAMENTOS DE DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL VOLTADOS À SEGURANÇA PÚBLICA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Conceito de Direito Penal. Fundamentos constitucionais. Direito Penal e Estado Democrático de Direito. Direito Penal e garantismo. Características e funções do direito penal de intervenção mínima de base garantista. Princípios orientadores do direito penal. Conceito de Processo Penal. Processo Penal e Estado Democrático de Direito. Fundamentos constitucionais. Processo Penal e garantismo. Características do processo penal. Princípios orientadores do processo penal. Conceito de segurança pública. Disposições constitucionais. Aspectos da Administração Pública. Segurança Pública e os entes federativos. Segurança pública e princípio da Dignidade da pessoa humana.				
Bibliografia Básica: ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva. AVENA, Norberto. Processo penal. São Paulo: Editora Método. BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais. BIANCHINI, Alice. Pressupostos materiais mínimos da tutela penal – Série as ciências criminais no século XXI, vol. 7. São Paulo: Revista dos Tribunais. BUSATO, Paulo César. Direito penal – parte geral. São Paulo: Atlas. _____. Fundamentos para um direito penal democrático. São Paulo: Atlas. _____. Reflexões sobre o sistema penal do nosso tempo. Rio de Janeiro: Lumen Juris. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal – parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva. _____. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. DIAS, Jorge Figueiredo. Direito penal – parte geral. Tomo I: questões fundamentais à doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais.				



ESTEFAM, André. Direito penal – parte geral. São Paulo: Saraiva.
FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Segurança pública: fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional. São Paulo: Atlas.
FERAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.
FERREIRA, Antônio Carlos Barradas. Municipalização da política de segurança pública. Jundiaí – SP: Editora Paco.

Bibliografia Complementar:

PIRES, José Carlos. Segurança pública: uma inovação na gestão. Jundiaí – SP: Editora Paco.
PRADO, Luiz Régis. Bem jurídico-penal e Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais.
QUEIROZ, Paulo de Souza. Direito Penal: introdução crítica. São Paulo: Saraiva.
REALE JÚNIOR, Miguel. Instituições de direito penal – parte geral. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense.
REIS, Alexandre Cebrian Araújo, GONÇALVEZ, Victor Eduardo Rios. Direito processual penal esquematizado. São Paulo: Saraiva.
SÁNCHEZ, Jesús-Maria Silva. A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais – Série as ciências criminais no século XXI, vol. 11. São Paulo: Revista dos Tribunais.
SICA, Leonardo. Direito penal de emergência e alternativas à prisão. São Paulo: Revista dos Tribunais.
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Introdução ao estudo do Direito Penal. São Paulo: Saraiva.
WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl, PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro – parte geral. Vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais.

04) Disciplina: SOCIOLOGIA DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Teorias da sociologia e criminologia. Aspectos sociológicos dos crimes. O crime e a violência como fenômeno social. Correlação entre crime, desigualdades e desemprego. Crime e anomia. Violência legítima. Crime e violência na sociedade contemporânea. A evolução da criminalidade. Violência urbana. As explicações sociológicas para a violência e a criminalidade na sociedade brasileira: causas estruturais, políticas, institucionais e culturais. A sociologia do crime e da violência e a atividade policial.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Paulo, O que é a política criminal, porque precisamos dela e como a podemos construir? Revista portuguesa de ciência criminal, n.º 14, Coimbra, Coimbra Editora: 435-452.
FREITAS, Wagner, Espaço urbano e criminalidade: lições da escola de Chicago, São Paulo, IBCCRIM.
GOFFMAN, Erving, Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
MACHADO, Carla, Crime e insegurança. Discursos do medo e imagens do outro, Lisboa, Editorial Notícias.



WACQUANT, Loïc, As prisões da miséria, Oeiras, Celta.

05) Disciplina: SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIEDADE GLOBALIZADA – DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: A presente disciplina visa discutir o cenário de exclusão política, econômica e social, que vem acompanhado da criminalização dos movimentos sociais e cívicos como resposta padrão aos divergentes, generalizando a velha tática de nivelá-los aos desviantes. O grande desafio, está na globalização da insegurança, combatida por meio de guerras, forças de segurança, aparatos de inteligência e armas tecnológicas, não foi ainda acompanhada de um proporcional e efetivo enfrentamento global, o que nos afasta da real perspectiva favorável a uma globalização da segurança pública.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Inaiá Maria, Moreira de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. EURE (Santiago), Santiago, v. 32, n. 95, p. 5-20, maio 2006. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-7161200600000001&lng=es&nrm=iso - Acessos em 22 de outubro 2022.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996. LOURENÇO, N. A Densificação do Conceito de Segurança Interna. Para uma Governança da Segurança. In: AAVV. Actas do Seminário para a Qualidade da Actuação do Sistema de Defesa Social. Belo Horizonte, S/E, 2008.

LOURENÇO, N. As Novas Fronteiras da Segurança. Segurança Nacional, Globalização e Modernidade. Segurança e Defesa, 31:26-36, 2015.

DE SOUSA SILVA, Antônio Marcos. A Política De Segurança Pública no contexto da Globalização: a precarização do trabalho policial. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/320b1bc382a8a536b8cdANTONIO%2520MARCOS%2520DE%2520SOUSA%2520SILVA.pdf&gws_rd=cr&ei=y9bMV9C4PlmFwgSzmKWICg - Acesso 20 de outubro de 2022.

Bibliografia Complementar:

06) Disciplina: DIVERSIDADE CULTURAL I - VIOLÊNCIA DE GÊNERO E CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Histórico dos Direitos Humanos, evolução social e cultural. O conceito ocidental dos direitos humanos enquanto discurso dominante. Tratados sobre Direitos Humanos voltados a proteção dos direitos das minorias. Mecanismos para a efetivação e a concretização dos direitos humanos e fundamentais em uma perspectiva de segurança pública. Estudo de mecanismos para a efetivação e a concretização dos direitos humanos e fundamentais, voltadas para a concretização e a implementação dos Direitos Humanos nos planos constitucional e de segurança pública.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.



COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

Bibliografia Complementar:

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora no Direito Penal. Instituto Carioca de Criminologia. Discurso Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1o. e 2o. Semestres de 2000, p. 203-220.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Trad. de Sergio Faraco. Porto Alegre: LP&M, 2011.

TOURAINÉ, Alain. O mundo das mulheres. São Paulo: Vozes Editora, 2007.

07) Disciplina: DIVERSIDADE CULTURAL II - RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA, INDÍGENAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Princípio da autodeterminação dos povos. Conceito de Raça, Etnia e Valores Culturais. Efetivação dos respectivos direitos no Brasil. Mecanismos para a concretização e a implementação dos Direitos Humanos nos planos constitucional e de segurança pública.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FACHIN, Melina Girardi. Direitos humanos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

Bibliografia Complementar:

BELEZA, Teresa Pizarro, Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra, Lisboa, Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito de Lisboa, 1993

BELEZA, Teresa Pizarro, "Antígona no reino de creonte: o impacte dos estudos feministas no direito", ex aequo, nº 6: 77-89, 2002.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora no Direito Penal. Instituto Carioca de Criminologia. Discurso Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Ano 5, Números 9 e 10, 1o. e 2o. Semestres de 2000, p. 203-220.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Trad. de Sergio



Faraco. Porto Alegre: LP&M, 2011.
MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. Rio de Janeiro: Forense.
SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
TOURAINE, Alain. O mundo das mulheres. São Paulo: Vozes Editora, 2007.

08) Disciplina: MAPEAMENTO DO CRIME COMO INSTRUMENTO DE ESTRUTURAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Identificar estratégias de prevenção através de ações eficazes, e do estudo de ações preventivas que integrem a Segurança Pública com as demais políticas públicas promovidas pela Estado. Discutir a logística operacional da atividade criminal, para a instrumentalização do Serviço de Segurança, visando a redução da mancha criminal.

Bibliografia Básica:

DE SOUSA SILVA, Antônio Marcos. A Política De Segurança Pública no Contexto da Globalização: a precarização do trabalho policial. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/320b1bc382a8a536b8cdANTONIO%2520MARCOS%2520DE%2520SOUSA%2520SILVA.pdf&gws_rd=cr&ei=y9bMV9C4PlmFwgSzmKWI Cg - Acesso 18 de outubro de 2022. GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992.

JEAN-MARC ERBÈS. O que faz a polícia: sociologia da força pública. Posfácio. In: MONJARDET, Dominique. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 140. (Série Polícia e Sociedade, n. 10)

MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia: sociologia da força pública. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 10)

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO FILHO, Claudio Chaves. Crimes, vítimas e policiais. Tempo Social. Rev. Sociol. São Paulo: USP, 233-248, maio de 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. Tempo Social. Rev. Sociol. São Paulo: USP, n. 9, p. 43-52, 1997.

09) Disciplina: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - APLICADA A POLÍCIA COMUNITÁRIA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60					60

Ementa: Desenvolvimento de atividades voltadas a analisar a relação de reciprocidade entre a polícia e a população; participação de projetos de reorientação de modo a engajar a comunidade na prevenção do crime; análise compartilhada e projetos comunitários voltados a segurança pública, com estudo diagnóstico junto à comunidade externa.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas



complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6.

Normas e Resoluções da IES.

10) Disciplina: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Informação no Processo Decisório. Introdução ao Processo Decisório. Modelo racional na tomada de decisão. Tipos de decisão. Técnicas e Instrumentos de Apoio a decisão. Processo decisório nos setores público e privado.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à Pesquisa Operacional – métodos e Modelos para a Análise de Decisões. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2002.

BAZERMAN, Max H. Processo Decisório. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004

CASSARO, A. Sistema de Informações para Tomada de Decisões. São Paulo, Pioneira, 1988

GELATT, H.B. Tomando Decisões de Maneira Criativa. Qualitymark Editora, 1998.

11) Disciplina: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (IV) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise, interferências e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT), viabilidade para elaboração de projetos, elaboração de relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Airton Marques da. Metodologia da pesquisa. 2.ed. rev. Fortaleza, CE: EDUECE, 2015. (MATERIAL EDUCAPES)

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatório de pesquisa em Administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

8.2. Disciplinas de Formação Específica Profissional - Modulo II

12) Disciplina: SISTEMA E POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL:



ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA. EXPERIÊNCIA COMPARATIVA COM OUTROS PAÍSES				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Análise das Políticas de Segurança Pública utilizados no Brasil, fazendo um estudo comparativo com sistemas e corporações de outros países, de maneira a estabelecer semelhanças e diferenças nas estruturas e procedimentos utilizados, com o objetivo de entender o funcionamento do sistema policial brasileiro e sua organização.				
Bibliografia Básica: CARVALHO, Inaiá Maria, Moreira de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. EURE (Santiago), Santiago, v. 32, n. 95, p. 5-20, maio 2006. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612006000100001&lng=es&nrm=isso - Acessos em 22 de outubro 2022. DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996. LOURENÇO, N. A Densificação do Conceito de Segurança Interna. Para uma Governança da Segurança. In: AAVV. Actas do Seminário para a Qualidade da Actuação do Sistema de Defesa Social. Belo Horizonte, S/E, 2008. LOURENÇO, N. As Novas Fronteiras da Segurança. Segurança Nacional, Globalização e Modernidade. Segurança e Defesa, 31:26-36, 2015. DE SOUSA SILVA, Antônio Marcos. A Política De Segurança Pública no contexto da Globalização: a precarização do trabalho policial. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/320b1bc382a8a536b8cdANTONIO%2520MARCOS%2520DE%2520SOUSA%2520SILVA.pdf&gws_rd=cr&ei=y9bMV9C4PlmFwgSzmkWICg - Acesso 20 de outubro de 2022.				

13) Disciplina: CONTROLE EXTERNO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA: O PAPEL DO MP, DO JUDICIÁRIO E DA SOCIEDADE				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Introdução. Definição, elementos e importância de controle externo dos Órgãos de Segurança Pública em comparação com o controle interno. Espécies de controle. Princípios Constitucionais e de Administração pública relacionados ao controle externo. Sistemas Comparados. Conclusão crítica e proposta de controle externo dos órgãos de Segurança Pública.				
Bibliografia Básica: CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, Coordenadores Daniel de Resende Salgado, Deltan martinazzo Dallagnol e Monique Cheker. Editora Juspodivm, Salvador, 2013. Controle Externo da Atividade Policial pelo Ministério Público, 2ª Edição – Revista e Ampliada. Rodrigo Régner Chemim Guimarães. Editora Juruá, Curitiba, 2008.				
Bibliografia Complementar: POLICE CORRUPTION: deviance, accountability and reform in policing. Maurice Punch. Routledge, London, 2011. THE PROBLEM OF POLICING, Rachel Harmon, 110 Mich. L. Rev. 761 (2012).				

14) Disciplina: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SEGURANÇA
--



PÚBLICA: APLICABILIDADE, EFETIVIDADE E INTEGRAÇÃO				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Estudo e pesquisa sobre as novidades tecnológicas voltadas à Segurança Pública. Avaliar tecnologias específicas e correlacionar sua aplicabilidade com as diversas áreas e esferas da Segurança Pública. Demonstrar a permanente evolução tecnológica e sua necessidade constante de atualização devido à migração do crime.				
Bibliografia Básica: DOWNING, John, D.H. Mídia Radical. Senac-SP. 2002. JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. Editora Aleph. 2ª Ed. 2009. TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de Comunicação Organizacional e Política. Cengage Learning. 2ª Ed. 2011.				
Bibliografia Complementar: BOLZ JUNIOR, FRANK A. How To Be A Hostage And Live. Lyle Stuart Inc., Secaucus, NJ, 1987. BRAIDEN, DENNIS W. Procedure For Formulating A Crisis Response Plan. Quantico, VA, FBI National Academy, 1996. THE PROBLEM OF POLICING, Rachel Harmon, 110 Mich. L. Rev. 761 (2012). São Paulo, SP: Ícone Editora, 2011. THOMPSON, LEROY. Hostage Rescue Manual. Pennsylvania, PA, USA, Greenhill Books, 2001				

15) Disciplina: MACRO E MICROCRIMINALIDADE, CRIMINALIDADE TRANSNACIONAL E REDITÍCIA				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Estudo sobre a diferença entre delitos powerless e powerfull. O impacto dos delitos reditícios na economia. Aparatos legais de enfrentamento no Brasil e no direito comparado. Penas corporais e de perda de bens.				
Bibliografia Básica: CORREIA. João Conde. Da Proibição do Confisco à Perda Alargada. INCM. 2012. MARQUES, Paulo Silva. O confisco ampliado no Direito Penal Português. Lusíada. Direito. Lisboa, nº 10. 2012. RODRÍGUEZ, Javier Llobet. La Corrupción Pública como parte de la Criminalidad de los Poderosos. Revista Digital de la Maestría en Ciencias Penales. Número 6. RDMCP-UCR. 2012.				
Bibliografia Complementar: (7 obras – mínimo) GODINHO, Jorge. Brandos Costumes? O confisco penal com base na inversão do ônus da prova (Lei nº 5/2002, de 11 de janeiro, Artigos 1º e 7º a 12º). Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias.. Editora Coimbra. 2003. LINHARES, Sólon Cícero. O branqueamento de capitais, a prova indiciária e os princípios da legalidade e ampla defesa. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 65-80, jan./jun. 2010.				

16) Disciplina: GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA: GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA – COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO EM GRANDES				
---	--	--	--	--



EVENTOS				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: Contextualização histórica. Importância do tema. Modelo clássico de segurança pública. Novo modelo: integração, interoperabilidade, complementariedade, padronização, planejamento integrado, foco preventivo, liderança situacional, coordenação. SESGE. Sistema Integrado de Comando e Controle. Eventos paradigmas: Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Rio 2016. Eixos de Atuação: Segurança Pública, Defesa e Inteligência. Governança.				
Bibliografia Básica: BRASIL. Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011. Institui a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Publicado no DOU de 02 de agosto de 2011. _____. Ministério da Justiça. Portaria nº 112, de 08 de maio de 2013. Institui o Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos. Publicada no DOU de 13 de maio de 2013. _____. Ministério da Justiça. Portaria nº 88, de 26 de março de 2014. Regulamenta o Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos. Publicado no DOU de 27 de março de 2014.				
Bibliografia: Complementar BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. CONOPS (Concepção Operacional do Sistema de Comando e Controle): Copa do Mundo da FIFA 2014. Brasília/DF: 28 jun. 2016. _____. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Centro Integrado de Comando e Controle. CONUSO (Conceito de Uso): Jogos Rio 2016. Brasília/DF: 28 jun. 2016. _____. Presidência da República. Ministério da Justiça. Ministério da Defesa. PESI RIO 2016 (Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016). Brasília/DF: 2015.				

17) Disciplina: SEGURANÇA PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL				
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			
Ementa: abordar de modo integrado as políticas relacionadas a esses dois âmbitos: a segurança pública – um sistema que envolve instrumentos e serviços públicos voltados à prevenção e repressão de situações de violência e à garantia da paz – e a justiça criminal – o conjunto de processos e instituições voltados à aplicação da lei e à responsabilização, reparação e encaminhamento de casos nos quais ela é violada, considerando desafios como esses e a urgência e importância do tema em nossa sociedade.				
Bibliografia Básica: ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. São Paulo: Editora Método. ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva. AVENA, Norberto. Processo penal. São Paulo: Editora Método. BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais. BUSATO, Paulo César. Direito penal – parte geral. São Paulo: Atlas. _____. Fundamentos para um direito penal democrático. São Paulo: Atlas.				



_____. Reflexões sobre o sistema penal do nosso tempo. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal – parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.

_____. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

DIAS, Jorge Figueiredo. Direito penal – parte geral. Tomo I: questões fundamentais à doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ESTEFAM, André. Direito penal – parte geral. São Paulo: Saraiva.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Segurança pública: fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional. São Paulo: Atlas.

FERAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FERNANDES, Antônio Scarance. Processo Penal constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FERREIRA, Antônio Carlos Barradas. Municipalização da política de segurança pública. Jundiaí – SP: Editora Paco.

18) Disciplina: MÍDIA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Estudo dos tipos de mídia e seus impactos frente aos públicos de interesse. A comunicação frente aos diversos recursos tecnológicos. Influência e responsabilidade da mídia na segurança pública. A utilização da comunicação como componente contributivo da segurança pública.

Bibliografia Básica:

DOWNING, John, D.H. Mídia Radical. Senac-SP. 2002.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. Editora Aleph. 2ª Ed. 2009. TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de Comunicação Organizacional e Política. Cengage Learning. 2ª Ed. 2011.

Bibliografia Complementar:

LACERDA, Juciano de Souza. Responsabilidade Social da Mídia e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/10790> - Acessado em 01/08/2016.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. Mídia e Violência. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/livro> - Acessado em 01/08/2016.

SOUZA, Robson Sávio Reis. O Papel da Imprensa na Segurança Pública. Disponível em: <http://observatorioidaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o-papel-da-imprensa-na-seguranca-publica/> - Acessado em 01/08/2016.

19) Disciplina: CADEIA DE CUSTÓDIA DE PROVAS, PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS PROVAS E DAS EVIDÊNCIAS EM LOCAL DE CRIME

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Estudo detalhado das técnicas de preservação de local de crime e definição de limites de acesso. Importância da preservação na coleta de vestígios da atividade criminosa. Novas técnicas e metodologias de coleta de vestígios (definições, exemplos); DNA e Microvestígio; Indícios (definições, diferença entre indícios e vestígios); Corpo de



Delito (definições, exemplos, CPP); Laudo Pericial Criminal (definições, requisitos e exemplos).

Bibliografia: Básica:

TRATADO DE PERÍCIAS da EDITORA MILLENNIUM:

STUMVOLL, Victor Paulo; QUINTELA, Victor e DOREA, Luiz Eduardo. Criminalística. 329 páginas

GALANTE Filho, Helvetio; FIGNI, Adriano da Luz; REIS, Albani Borges dos, JOBIM, Luiz Fernando e SILVA, Moacir da. Identificação humana. 392 páginas

ZARZUELA, José Lopes; ARAGÃO, Ranvier Feitosa. Química legal e incêndios. 467 páginas

TOCHETTO, Domingos. Balística forense. 349 páginas

Bibliografia: Complementar

BRAID, Antônio César Morant. Fonética forense,. 129 páginas

ARAGÃO, Ranvier Feitosa. Acidentes de trânsito. 331 páginas

MENDES, Lamartine. Documentoscopia. 341 páginas

Locais de Crime. Dos vestígios à dinâmica criminosa. Millenium, 574 páginas.

20) Disciplina: POLÍTICAS PENITENCIÁRIA E A SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA PÚBLICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: A presente disciplina versa sobre a Segurança Pública e sua relação com o Sistema Carcerário, numa abordagem direta, contextualizando seus períodos históricos, e apresentando algumas das evoluções e o quadro de ambos os sistemas no contexto da sociedade brasileira. Ressalta ainda, a dinâmica de ambos os sistemas e a necessidade de Políticas Públicas eficientes, face a necessidade de mudança de paradigmas, em razão da violação de normas penais e constitucionais, para aplicação de princípios que conduzam a ressocialização e reinserção dos apenados.

Bibliografia Básica:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva.

AVENA, Norberto. Processo penal. São Paulo: Editora Método.

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BUSATO, Paulo César. Direito penal – parte geral. São Paulo: Atlas.

_____. Fundamentos para um direito penal democrático. São Paulo: Atlas.

_____. Reflexões sobre o sistema penal do nosso tempo. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal – parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva.

_____. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

DIAS, Jorge Figueiredo. Direito penal – parte geral. Tomo I: questões fundamentais à doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ESTEFAM, André. Direito penal – parte geral. São Paulo: Saraiva.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Segurança pública: fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional. São Paulo: Atlas.



FERAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FERNANDES, Antônio Scarance. Processo Penal constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FERREIRA, Antônio Carlos Barradas. Municipalização da política de segurança pública. Jundiaí – SP: Editora Paco

21) Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Estrutura da organização pública. Formas de ingresso no serviço público: recrutamento e seleção. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Noções básicas de Plano de Carreira. Estatuto. Modelos de Avaliação de Desempenho: requisitos do sistema, vícios da avaliação e eficácia. Processo de Recompensa: salário e benefícios. Medicina e Segurança no Trabalho: Normas Regulamentadoras. Programa de Qualidade de vida no Ambiente de trabalho. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Outras questões na Gestão de Pessoas no Setor Público: Corresponsabilidade funcional na prestação de contas; Bullying; Assédio Sexual; Assédio Moral.

Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed., rev. e atual. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. 599 p., v. rev. e atual. ISBN 9788570615800.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/normas-regulamentadoras-nrs>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Manual do Processo Administrativo Disciplinar. CGU: 2021. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/64869> - Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei 13.185/2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm - Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei 10.224/2001 – Dispõe sobre o crime de Assédio Sexual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm - Acesso em: 10 jun. 2022.

CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

22) Disciplina: DIRETO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E A NOVA LEI DE IMPROBIDADE

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
60	60			

Ementa: Análise do regime jurídico-administrativo que tem, progressivamente, sofrido forte transformação, expansão, reconfiguração e revigoração, e que é, inequivocamente denominado Direito Administrativo Sancionador, através do exame da sua identidade e funcionalidade nos procedimentos Disciplinares. Estudo das inovações trazidas pela Nova Lei de Improbidade Administrativa, a qual reconhece o caráter punitivo e repressivo do poder punitivo estatal.

Bibliografia Básica:



BRASIL. Lei nº 14.230. 2 jun. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm - Acesso em: 18 nov. 2022.

CAPEZ, Fernando. Limites constitucionais à lei de improbidade. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Direito penal econômico e direito administrativo sancionador: ne bis in idem como medida de política sancionadora integrada. 2013. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 18 nov. 2022.

GONÇALVES, Benedito; GRILO, Renato César Guedes. Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador no regime democrático da constituição de 1988. Revista Estudos Institucionais, v. 7, nº 2, mai./ago. 2021, p. 468. Disponível em <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/636> - Acesso em: 18 nov. 2022.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. Direito administrativo sancionador brasileiro: breve evolução, identidade, abrangência e funcionalidades. Interesse Público – IP, Belo Horizonte, ano 22, nº 120, p. 83-126, mar./abr. 2020, p. 90. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CEJUR%20-%20PGM/CEJUR%20Clipping/5%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Artigos/3.pdf> - Acesso em: 18 nov. 2022.

23) Disciplina: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E GERENCIAMENTO DE CRISES

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Sistematizar os conhecimentos que permitem o gerenciamento de crises e utilizar a principal ferramenta para a solução de eventos críticos (a negociação) – cujas metodologias se pretende apresentar no curso em discussão.

Bibliografia Básica:

SALIGNAC, A. Negociação em Crises: Atuação Policial na Busca da Solução Para Eventos Críticos. São Paulo, SP: Ícone Editora, 2011.

BOLZ JUNIOR, FRANK A. How To Be A Hostage And Live. Lyle Stuart Inc., Secaucus, NJ, 1987.

BRAIDEN, DENNIS W. Procedure For Formulating A Crisis Response Plan. Quantico, VA, FBI National Academy, 1996.

THOMPSON, LEROY. Hostage Rescue Manual. Pennsylvania, PA, USA, Greenhill Books, 2001.

Bibliografia Complementar:

CASCIO, PAT e MCSWEENEY, JOHN. Swat Battle Tactics – How To Organize, train And Equip A SWAT Team For Law enforcement or Self Defense. Boulder, CO, USA, Paladin Press, 1996.

FUSELIER, G. DWAYNE. The Tactical Role Of The Negotiator. Washington DC, FBINA, SOARU, Crisis Management Handout, 1988.

_____. What Every Negotiator Would Like His Chief To Know. FBI Law Enforcement Bulletin. Quantico, USA, MAR86.

_____. & NOESNER, GARY W. Confronting The Terrorist Hostage Taker. FBI Law Enforcement Bulletin, FBI, v. 59, n.9, JUL90.

GILLILAND, B. E. e JAMES, R. K. Crisis Intervention Strategies. Pacific Grove, CA, USA: Brooks/Cole Publishing Company, 1997.

GREENSTONE, J. L. The Elements Of Police Hostage And Crisis Negotiation. Binghamton, NY, USA: The Haworth Press, 2005.



_____ & LEVITON, S. C. Elements of Crisis Intervention. Pacific Grove, CA, USA: Brooks/Cole Publishing Company, 1993.

LANCELEY, FREDERICK J. On-Scene Guide for Crisis Negotiators. 2 ed. Boca Raton, FL, USA: CRC Press, 2003.

MCMAINS, M. J. e MULLINS, W. C. Crisis Negotiations: Managing Critical Incidents And Hostage Situations In Law Enforcement And Corrections. Cincinnati, OH, USA: Anderson Publishing Co, 1996.

ROGAN, R. G., HAMMER, M. R. e VAN ZANDT, C. R. (org.) Dynamic Process of Crisis Negotiation. Westport, CT, USA: Praeger Books, 1997.

24) Disciplina: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - APLICADA AO SISTEMA PRISIONAL

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60					60

Ementa: Análise de ações educativas e culturais no contexto do setor carcerário. Proposta de Projetos de Intervenção, Planejamento de ações voltadas ao trabalho, educação, formação de parcerias com instituições e sociedade civil, e sensibilização da sociedade para aceitação das atividades de acolhimento dos egressos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6. Normas e Resoluções da IES.

25) Disciplina: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - APLICADA AOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	Extensão
60					60

Ementa: Estrutura das ações extensionistas. Proposta de Projeto de Intervenção. Planejamento das ações extensionistas junto à comunidade externa.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6.



Normas e Resoluções da IES.

8.3. Disciplinas de Diversificação e Aprofundamento - Modulo III

26) Disciplina: PLANO DE CARREIRA PARA O SERVIDOR PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Análise dos programas da Administração Pública que definem as atribuições dos cargos e como ocorrem as Progressões funcionais, assim como as promoções dos servidores públicos. Estudo dos parâmetros legais, como avaliação de desempenho, capacitação, e benefícios que o servidor adquire após período efetivo de trabalho no cargo público, visando um planejamento nas carreiras e os benefícios levados a aposentadoria.				
Bibliografia Básica: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm - Acesso em: 18 nov. 2022. DUTRA, C. Administração de Carreiras. São Paulo: Atlas, 1996. ARAUJO, Jailton Macena de; ALEIXO, Maria Isabela Nascimento. Aplicação do princípio da eficiência administrativa em face da estabilidade dos servidores públicos civis da União. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13122&revista_caderno=4 - Acesso em: 18 nov. 2022.				

27) Disciplina: ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Definição de ética, moral e lei. Modelos éticos: ética das virtudes aristotélica, ética da interioridade cristã, ética do dever kantiana, ética utilitarista, ética da responsabilidade de Hans Jonas e suas contribuições na formação humana. Identificação da relação entre os modelos acima destacados com o discurso contemporâneo dos direitos humanos. Direitos humanos e a relação entre valores e princípios. Definir e mostrar as relações existentes entre eticidade, moralidade e legalidade. Identificar historicamente os pressupostos da ética nos modelos grego, cristão, kantiano e contemporâneo.				
Bibliografia Básica: AGOSTINHO, Santo. O Livre-arbítrio. São Paulo: Paulus, 1995. ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1973. FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1997. GALIMBERTI, Umberto. Psiche e techne: o homem na idade da técnica. São Paulo: Paulus, 2006. JONAS, Hans. O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora da PUC-Rio, 2006. KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos. São Paulo: M. Claret, 2004. KURZ, R. O colapso da modernização. São Paulo, Paz e Terra, 1993.				



PEGORARO, Olinto. Ética dos maiores mestres através da história. Petrópolis: Vozes, 2006.

RUSS, Jacqueline. Pensamento ético contemporâneo. Trad. de Constança Marcondes César. São Paulo: Paulus, 1999.

Bibliografia Complementar:

SANDEL, Michel. Justiça: o que é fazer a coisa certa. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SENNETT, R. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santana. Rio de Janeiro, Record, 1999.

SGANZERLA, Anor; FALABRETTI, Ericson; BOCCA, Francisco. (Org.) Ética em Movimento: contribuições dos grandes mestres da filosofia. São Paulo: Paulus: 2009.

VASQUEZ, A. S. Ética. 7ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

28) Disciplina: QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Estudo do conceito de qualidade de vida no trabalho sob uma dinâmica multifacetada que envolve aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e temporais, além das noções de saúde física e emocional, cujas conseqüências podem resultar prejuízos a condição de bem-estar dos Servidores que atuam na área de Segurança Pública.

Bibliografia Básica:

BRANT, Luiz Carlos; GOMEZ, Carlos Minayo. O sofrimento e seus destinos na gestão do trabalho. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 939-952, out.-dez., 2005.

CHANLAT, Jean-François. Gestão empresarial: uma perspectiva antropológica. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

_____. O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. Clínicas do trabalho. São Paulo: Atlas, 2011, p. 110-131.

HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia. Saúde mental e psicologia do trabalho. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 102-108, abr./jun., 2003.

SATO, Leny. Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. Saúde mental & trabalho: leituras. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 31-49.

YUNG, Carl G. (Org.). O homem e seus símbolos Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

ZULAR, Artur. Gestão de pessoas: uma visão psicossomática. In: ROSSI, Ana Maria; PERREWÉ, Pamela L.; MEURS, James A. Stress e qualidade de vida no trabalho. São Paulo: Atlas, 2011, p. 201-212.

29) Disciplina: INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Tratar da temática em torno da inteligência emocional, presente nas relações de



trabalho no serviço público, visando o gerenciamento das demandas organizacionais, através do controle emocional do servidor, ao lidar com as dificuldades do cotidiano. A observação da inteligência emocional está relacionada a liderança no controle das emoções e na utilização da inteligência emocional, como modo de auxiliar na adaptação das eventualidades diárias. Analisar a necessidade de investimento na saúde dos colaboradores públicos, com a finalidade de melhorar-lhes a qualidade de vida no trabalho.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, M. A. Psicologia aplicada à administração; uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Saraiva. 2005

BARBOSA, Giulliana. Inteligência emocional pode fazer a diferença para os servidores. Segurança e Saúde são áreas que costumam demandar maior controle emocional dos servidores (2018). Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/servidor/inteligencia-emocional-pode-fazer-a-diferenca-para-os-servidores> - Acesso em: 18 nov. 2022.

BAZZO, Ezio Flávio. Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos. Revista Psicologia Ciência e Profissão. (1997). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v17n1/07.pdf> - Acesso em: 18 nov. 2022.

BRANDÃO, Isac de Freitas; LIMA, Leticia Cesar; CABRAL, Augusto César de Aquino; SANTOS, Sandra Maria; PESSOA, Maria Naiula Monteiro. Satisfação no Serviço Público: Um Estudo na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará. Editada pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. REAd | Porto Alegre – Edição 77 - Nº 1 – janeiro/abril 2014 – p. 90-113.

BRASIL. OMS. Organização Mundial da Saúde (2001). Organização Panamericana da Saúde. Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental - nova concepção, nova esperança. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

CHIAVENATO, I. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, edição compactada, 1991.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. Tradução técnica Reynaldo Marcondes. 11ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

30) Disciplina: COMPLIANCE E TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Histórico e definição. Instrumentos internos de controle. Compliance e Governança no Setor Público. Análise de Risco. Núcleo de Integridade de Controle. Controle social e transparência no Brasil. Princípios da Transparência no Setor Público. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Bibliografia Básica:

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Guia Prático de Gestão de Riscos para a integridade: orientações para a administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/manual-gestao-de-riscos.pdf> - Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Programa de Integridade –Diretrizes para Empresas Privadas. Brasília: CGU, 2015. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/programa-de-integridade-da-cgu> - Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Guia de integridade pública: orientações para a administração pública federal:



direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2015a. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/41665> - Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Lei 12.813, de 16 de maio de 2013: dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12813.htm - Acesso em: 15 jun. 2022

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm - Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Manual para Implementação de Programas de Integridade – orientações para o Setor Público. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf - Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Cartilha Técnica para Publicação de Dados Abertos no Brasil, v. 1.0, 2012c. Disponível em: <http://dados.gov.br/pagina/cartilha-publicacao-dados-abertos> - Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Política de Dados Abertos do Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm - 5 STAR DATA. 5 estrelas dos dados abertos. 2012. Disponível em: <https://5stardata.info/pt-BR/> - Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto. Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46277> - Acesso em: 15 jun. 2022.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ. Programa Estadual de Integridade e Compliance. Disponível em: <https://www.cge.pr.gov.br/Pagina/Programa-Estadual-de-Integridade-e-Compliance> - Acesso em: 12 maio 2022.

INTOSAI. International Organization of Supreme Audit Institutions. Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI). ISSAI 20: Princípios de transparência e accountability, 2010. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/auditoria/normas-internacionais-das-entidades-fiscalizadoras-superiores-issai/> - Acesso em: 12 nov. 2020.

KEMPFER, Marlene. BATISTI, Beatriz Miranda. Estudos sobre o compliance para a prevenção da corrupção nos negócios públicos: ética, ciência da administração e direito. Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 2, p. 273-307, ago. 2017. DOI:10.5433/1980-511X.2017v12n2p273

LUENGO, C. A. G.; F. AMÂNCIO VIEIRA, S.; L. P. NUNES, A.; LUCIA TIEKO SUGUIHIRO, V., O Compliance Como Instrumento de Monitoramento e Controle da Administração Pública. Iberoamerican Journal of Corporate Governance, São Paulo (SP), v. 9, p. e0108, 2022. Disponível em: <https://www.rgc.org.br/Journals/article/view/108> - Acesso em: 19 jun. 2022.

MATHEUS, R.; JANSSEN, M.; JANOWSKI, T. Design principles for creating digital transparency in government Government Information Quarterly. Vol. 38, issues 3. 2021. Disponível em: www.elsevier.com/locate/govinf - Acessado em: 21 de abr. 2021.

OCDE. Recommendation of The Council on Public Integrity. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/recommendation-public-integrity/> - Acesso em: 15 jun. 2022.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Public Integrity



Handbook, 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/ac8ed8e8-en/1/2/1/index.html?itemId=/content/publication/ac8ed8e8en&csp=676f6ac88ad48a9ffd47b74141d0fc42&itemIGO=oecd&itemContentType=book> - Acesso em: 12 nov. 2020.

SOUSA, R. P. M.; DIAS, G. A.; SHINTAKU, M. Lei de acesso à informação e repositórios governamentais como instrumentos para um modelo aberto de governança. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 25, p. 1-17, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e73599 Acesso em: 11 abr. 2021.

TCU. Referencial de combate a fraude e corrupção: aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste (Coestado), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2017. Outros Materiais CGU - Coleção Programa de Integridade Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/colecao-programa-de-integridade-publica> - Acesso em: 15 jun. 2022.

UNGC – UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT OFFICE. Guia de avaliação de risco de corrupção. 2013. Disponível em: <https://materiais.pactoglobal.org.br/guia-risco-corrupcao> - Acesso em: 15 jun. 2022.

UN – United Nations. United Nations Convention Against Corruption. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/> - Acesso em: 15 jun. 2022.

31) Disciplina: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Desenvolver habilidades para o planejamento estratégico, voltado ao desenvolvimento de projetos que auxiliem nas atividades de Segurança Pública, afetas ao departamento em que o servidor está lotado, possibilitando a identificação de oportunidades de melhoria para do Serviço Público prestado.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro. TEIXEIRA, Maria Luiza Mendes, MARTINELLI, Dante Pinheiro. Por que administrar estrategicamente recursos humanos?. Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 2, 1993.

FISCHMANN, Adalberto A. & ALMEIDA, Martinho I.R. Planejamento estratégico na prática. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1991.

MINTZBERG, Henry. Perfil de um gerente: faça a organização trabalhar para você. Planejamento e Estabelecimento de Metas. São Paulo, VídeoArts, LCOM Video, Versão Brasileira Telecom. SPINK, Peter. Pesquisa-ação e a análise de problemas sociais e

organizacionais complexos. Revista de Psicologia, v. 5, n. 1, 1978.

32) Disciplina: PROCEDIMENTOS DE ABORDAGEM ATRAVÉS DO USO MODERADO DOS MEIOS E TÉCNICAS DE DEFESA PESSOAL

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Fundamentos teórico-práticos sobre métodos de abordagem, uso moderado de meios necessários, e procedimentos de defesa pessoal. Operar e executar conteúdos teórico-práticos sobre métodos de abordagem, uso moderado de meios necessários, e



procedimentos de defesa pessoal em ambientes diversos de acordo com as legislações vigentes.

Bibliografia Básica:

BASSO, M. A. Ciências Policiais de segurança e ordem pública. São Paulo: Scortecci, 2021.

GIMENEZ, W. Autodefesa - Manual caveira de defesa pessoal: como o autor do maior canal do Brasil pode te ajudar a se defender. Amazon Digital Services LLC - KDP Print US, 2019.

MARTIN, N. Instrução em defesa pessoal. Estados Unidos: Babelcube Incorporated, 2017.

SCHNEIDER, R. H. Abordagens atuais em segurança pública. Brasil: EDIPUCRS, 2011.

Bibliografia Complementar:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Legítima Defesa. 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/causas-de-exclusao-da-ilicitude/legitima-defesa> - Acesso em: 31/10/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Gaeco, orientações. 2022. Disponível em: <https://gaeco.mppr.mp.br/pagina-61.html#> - Acesso em: 31/10/2022.

33) Disciplina: PRIMEIROS SOCORROS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS NO ATENDIMENTO EMERGENCIAL

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			

Ementa: Princípios gerais de primeiros socorros, biossegurança. Medidas de prevenção de acidentes. Ações imediatas em situações de emergência e urgências no que tange a prevenção, avaliação e socorro (suporte básico à vida). Primeiros socorros em situações de urgência e emergência no que tange às emergências clínicas, traumáticas e por acidentes com animais peçonhentos.

Bibliografia Básica:

AHA. Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP. Guidelines, 2020.

LAMBERT, E. G. Guia prático de primeiros socorros. 3. ed São Paulo: Rideel, [2010?]. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/174253/pdf> - Acesso em: 19 out. 2022.

KARREN, K. J. et al. Primeiros socorros para estudantes. Tradução de Patrícia Fonseca Pereira, Douglas Arthur Omena Futuro. 10. ed. Barueri, SP: Manole Ebook. [BV Pearson]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/34576/pdf> - Acesso em: 19 out. 2022.

FLEGEL, M. J. Primeiros socorros no esporte. Tradução de Douglas Arthur Omena Futuro. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. E-book. [BV Pearson]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/34764/pdf> - Acesso em: 19 out. 2022.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manualdeprimeirosocorros.pdf> - Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, E. F. dos. Manual de primeiros socorros da educação física aos esportes: o papel do educador físico no atendimento de socorro. Rio de Janeiro: Galenus, 2014. E-book. [BV Pearson]. Disponível em:



<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/41938/pdf> - Acesso em: 19 out. 2022.

JARVIS, C. Guia de exame físico para enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SANTOS, M. N. dos; SOARES, O. M. Urgência e emergência na prática de enfermagem. Porto Alegre: Moriá, 2019. 2 v.

MARTINS, H. et al. Emergências clínicas: abordagem prática. 10. ed. Barueri, SP: Manole, 2015. E-book. [BV Pearson]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/31190/pdf> - Acesso em: 19 out. 2021.

34) Disciplina: GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Desenvolvimento sustentável: conceitos básicos e o compromisso brasileiro. Dimensões da Sustentabilidade. Responsabilidade social. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Protocolos internacionais. Políticas Públicas Ambientais. Ativos e Passivos ambientais. Planejamento ambiental. Princípios da gestão ambiental segundo a Câmara de Comércio Internacional (CCI). Sistema de Gestão Ambiental ISO 14000. Educação Ambiental.				
Bibliografia Básica:				
BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional de Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm - Acesso em: 10.06.2022.				
BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de Junho De 2012 – Desenvolvimento Nacional Sustentável. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7746-5-junho-2012-6131_73-publicacaooriginal-136379-pe.html - Acesso em: 10 jun. 2022.				
BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de AGOSTO de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm - acesso em: 10 jun. 2022.				
BRASIL. Agenda 2030. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs - Acesso em: 10 jun. 2022.				
NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016.				

35) Disciplina: LIBRAS

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
45	45			
Ementa: Bilinguismo e educação dos surdos: Conceitos e diretrizes legais e políticas-pedagógicas. Aspectos linguísticos práticos da língua de sinais brasileira a fim de possibilitar a comunicação em libras em diversos contextos sociais e no cotidiano, como: parâmetros da Libras; alfabeto manual (datilologia) e soletração rítmica; expressão corporal e facial; estados do tempo; períodos do dia; hora; calendário; verbos e advérbios de tempo; cumprimentos; pronomes; sinais contextualizados relacionados à: profissões; funções e cargos; ambiente de trabalho; laços familiares; emoções; animais; objetos; números e valores monetários; cores; compras; meios de comunicação e de transporte; estados do Brasil e suas culturas; sinais arbitrários e icônicos; tipos de frases em Libras.				
Bibliografia Básica:				
BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.				



Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf> . Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras,

BRASIL. Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Art.18. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. - Acesso em: 10 jun. 2022.

BRITO, Lucinda Ferreira. Estrutura Linguística da LIBRAS. Disponível em:

https://livrodigital.uniasselvi.com.br/MAT52_lingua_brasileira_de_sinais_libras/unidade2.html?topico=2 - Acesso em: 21 jun. 2022.

DICIONÁRIO de Libras. Disponível em: www.dicionariolibras.com.br - Acesso em: 21 fev. 2018.

EDITORA Arara Azul. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/home> - Acesso em: 21 fev. 2018.

IES de Libras. Disponível em: <http://www.youtube.com/> - Acesso em: 21 jun. 2021.

INES. Biblioteca. Disponível em: <https://biblioteca.ines.gov.br/> - Acesso em: 21 jun. 2022.

INSTITUTO Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/> - Acesso em: 21 fev. 2018.

LIBRAS UFSC. Dicionários, Glossários e Sinalários. Disponível em: <https://ufscacessivel.paginas.ufsc.br/dicionarios-glossarios-e-sinalarios/bras.ufsc.br/> - Acesso em: 21 jun. 2022.

36) Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC
34	34			

Ementa: Baseado em conceitos, métodos, técnicas e práticas discutidas durante o Curso, esta disciplina tem por objetivo desenvolver propostas de projetos aplicados à realidade da gestão pública, visando a implantação futura nas diversas instâncias da administração do Estado. Estas propostas de projetos serão elaboradas por alunos, e desenvolvidas sob orientação permanente dos professores orientadores do Trabalho do Curso (TC). Podem tomar a forma de Artigo, Relato Técnico, Projeto Integrador, formato a ser escolhido pela IES. O Trabalho do Curso é submetido a apreciação de Banca Examinadora, conforme regulamento próprio.

Bibliografia Básica:

CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro; NOGUEIRA, Daniel Ramos; LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto Jose. Trabalho de conclusão de curso (TCC): uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.



9. FLUXOGRAMA (segue como ANEXO I – modelo Prograd_2021)

	Disciplina	SEM	Carga Horária	Período 2023
01	Introdução à Educação a Distância (Mod. I)	1º	45h	25/04 a 10/06
02	Gestão da Informação e Tomada de Decisão (Mod. I)	1º	45h	25/04 a 17/06
03	Segurança pública e sociedade globalizada – desafios e enfrentamentos (Mod. I)	1º	45h	26/04 a 24/06
04	Sociologia da Criminalidade e da Violência (Mod. I)	1º	45rs	27/04 a 30/06
05	Mapeamento do crime como instrumento de estruturação de ações preventivas (Mod. I)	2º	60rs	17/07 a 14/10
06	Macro e Microcriminalidade, Criminalidade Transnacional e Reditícia (Mod. II)	2º	60h	24/07 a 19/10
07	Fundamentos Constitucionais de 1988 – Direitos Humanos no Contexto da Segurança Pública (Mod. I)	2º	60h	01/08 a 28/10
08	Sistema e Políticas de Segurança Pública no Brasil: Órgãos de Segurança Pública. Experiência Comparativa com Outros Países (Mod. II)	2º	60h	21/08 a 30/11
09	Tecnologia da Informação a Serviço da Segurança Pública: Aplicabilidade, Efetividade e Integração (Mod. II)	2ª	60h	01/08 a 25/11
10	Inteligência emocional no serviço público (Mod. III)	2º	45h	11/09 a 16/11
11	Procedimentos de Abordagem através do uso moderado dos meios e Técnicas de Defesa Pessoal (Mod. III)	2º	45h	01/09 a 30/11
12	Controle externo dos órgãos de Segurança Pública: o papel do Ministério Público, do Judiciário e da sociedade (Mod. II)	2º	60h	04/09 a 15/12
13	Diversidade Cultural I - Violência de Gênero e contra a criança e adolescente (Mod. I)	2º	60h	01/09 a 15/12
14	Extensão Universitária – aplicada a Polícia Comunitária (Mod. I)	2º	60h	01/09 a 15/12
	Disciplina	SEM	Carga Horária	Período 2024
15	Gestão de Pessoas no Setor Público (Mod. II)	3º	45h	05/02 a 27/04
16	Cadeia de custódia de provas, preservação e valorização das provas e das evidências em local de crime (Mod. II)	3º	60h	19/02 a 18/05
17	Políticas Penitenciária e a sua relação com a Segurança Pública (Mod. II)	3º	60h	01/03 a 04/06
18	Fundamentos de direito penal e direito processual penal voltados à segurança pública (Mod. I)	3º	60h	26/02 a 31/05
19	Diversidade Cultural II - Racismo e violência contra Pessoa Idosa, Indígenas e Pessoas com Deficiência (Mod. I)	3º	60h	18/03 a 29/06
20	Planejamento Estratégico para desenvolvimento de Projetos (Mod. III)	3º	45h	25/03 a 24/05



21	Mídia, Comunicação Social e Segurança Pública (Mod. II)	3º	45h	01/04 a 22/06
22	Ética na Gestão Pública (Mod. III)	3º	45h	15/04 a 15/06
23	Gestão e Sustentabilidade no Setor Público (Mod. III)	3º	45h	22/04 a 28/06
24	Extensão Universitária – aplicada ao Sistema Prisional (Mod. II)	3º	60h	01/03 a 28/06
25	Gestão Integrada da Segurança Pública: Gabinetes de Gestão Integrada – Coordenação e planejamento em Grandes Eventos (Mod. II)	4º	60h	15/07 a 11/10
26	Plano de carreira para o servidor público (Mod. III)	4º	45h	22/07 a 28/09
27	Compliance e Transparência no Setor Público (Mod. III)	4º	45h	26/07 a 21/09
28	Segurança Pública e sua relação com o sistema de justiça criminal (Mod. II)	4º	45h	01/08 a 26/10
29	Direito Administrativo Sancionador e a Nova Lei de Improbidade (Mod. II)	4º	45h	19/08 a 26/10
30	Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (Mod. III)	4º	45h	02/09 a 09/12
31	Métodos e Técnicas de Pesquisa (Mod. I)	4º	45h	19/08 a 31/10
32	Primeiros Socorros: Procedimentos e técnicas no atendimento emergencial (Mod. III)	4º	45h	01/10 a 06/12
33	Qualidade de vida e Saúde do Profissional de Segurança Pública (Mod. III)	4º	45h	14/10 a 13/12
34	Libras (Mod. III)	4º	45h	28/10 a 13/12
35	Extensão Universitária - Aplicadas aos Conselhos Comunitários (Mod. III)	4ª	60h	01/09 a 13/12
36	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	4ª	34h	01/08 a 14/12

10. RECURSOS HUMANOS

O corpo docente é formado por profissionais de diversos cursos, conforme indicação na Matriz Curricular, cuja seleção ocorrerá através de Edital UEPG/NUTEAD/UAB, em Processo Seletivo Interno – NUTEAD/UAB/CAPES, e o corpo técnico está vinculado ao Núcleo de Educação a Distância e aos Polos de Apoio Presencial.

11. RECURSOS MATERIAIS

As Instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca serão as existentes nas instalações da UEPG/NUTEAD/UAB, e nos 08 polos de apoio presencial. Cada polo possui biblioteca física, laboratórios com equipamentos suficientes para atender a demanda dos acadêmicos e mantidos pelo executivo municipal.

A plataforma a ser utilizada pelos acadêmicos será a disponibilizada pelo Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NUTEAD) em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - no sistema MOODLE em sua versão atualizada. Ressalta-se a existência de biblioteca virtual, repositórios entre outros periódicos que são disponibilizados aos acadêmicos, além dos materiais oferecidos pelos professores na plataforma AVA.

12. ACESSIBILIDADE

O curso ocorrerá em ambiente virtual, contudo, tanto as instalações da UEPG/NUTEAD/UAB, e dos polos de apoio presencial, contam com acessibilidade para



acesso aos alunos com necessidades especiais, entre os quais destacamos elevadores, rampas de acesso aos prédios, banheiros adaptados, carteiras, cadeiras e bancadas adaptadas.

13. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. **As teorias principais da andragogia e heutagogia**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 105-111.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. Brasília: MEC, 2007.

FILATRO, A. **As teorias pedagógicas fundamentais em EAD**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 96-104.

HASE, S.; KENYON, C. **From andragogy to heutagogy**. Austrália: Southern Cross University, 2000. Disponível em: <http://ultibase.rmit.edu.au/Articles/dec00/hase2.htm#ref>. Acesso em 23 de dezembro de 2012.

LAVE, J.; WENGER, R. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

14. ANEXOS

- I - Fluxograma – com informações da organização curricular;
- II - Declaração de aceite do Departamento de Direito Processual para cada disciplina da matriz curricular.
- III - Extrato de Ata do Departamento de Direito Processual aprovando a oferta das disciplinas.
- IV - Extrato da Ata do Setor de Ciências Jurídicas aprovando o Projeto de novo curso.

Ponta Grossa, 13 de fevereiro de 2023

Prof. Rauli Gross Junior
Coordenador do Curso



FLUXOGRAMA DO CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

1ª Série	Introdução à Educação a Distância	Sociologia da Criminalidade e da Violência	Segurança pública e sociedade globalizada – desafios e enfrentamentos	Gestão da Informação e Tomada de Decisão		
	602 45 3 0	602 45 3 0	602 45 3 0	602 45 3 0		
1ª Série	Fundamentos Constitucionais de 1988- Direitos Humanos no Contexto da Segurança Pública	Diversidade Cultural I - Violência de Gênero e contra a criança e adolescente	Mapeamento do crime como instrumento de estruturação de ações preventivas	Sistema e Políticas de Segurança Pública no Brasil: Órgãos de Segurança Pública. Experiência Comparativa com Outros Países	Controle externo dos órgãos de Segurança Pública: o papel do Ministério Público, do Judiciário e da sociedade	Tecnologia da Informação a Serviço da Segurança Pública: Aplicabilidade, Efetividade e Integração
	602 60 0 4	602 45 0 3	602 60 0 4	602 60 0 4	602 45 0 3	602 45 0 3
2ª Série	Macro e Microcriminalidade, Criminalidade Transnacional e Redutícia	Inteligência emocional no serviço público	Procedimentos de Abordagem através do uso moderado dos meios e Técnicas de Defesa Pessoal	Extensão universitária- aplicada à Polícia Comunitária		
	602 60 0 4	602 45 0 3	602 30 0 3	602 60 0 4		
2ª Série	Fundamentos de direito penal e direito processual penal voltados à segurança pública	Diversidade Cultural II - Racismo e violência contra Pessoa Idosa, Indígenas e Pessoas com Deficiência.	Mídia, Comunicação Social e Segurança Pública	Cadeia de custódia de provas, preservação e valorização das provas e das evidências em local de crime	Políticas Penitenciária e a sua relação com a Segurança Pública	Gestão de Pessoas no Setor Público
	602 60 4 0	602 45 3 0	602 45 3 0	602 60 4 0	602 60 4 0	602 60 4 0
2ª Série	Extensão Universitária – aplicada ao Sistema Prisional	Plano de carreira para o servidor público	Ética na Gestão Pública	Planejamento Estratégico para desenvolvimento de Projetos	Gestão e Sustentabilidade no Setor Público	Gestão de pessoas no Setor Público
	602 60 4 0	602 60 4 0	602 45 3 0	602 45 3 0	602 45 3 0	602 60 4 0
2ª Série	Métodos e técnicas de pesquisa	Gestão Integrada da Segurança Pública: Gabinetes de Gestão Integrada – Coordenação e planejamento em Grandes Eventos	Segurança Pública e sua relação com o sistema de justiça criminal	Direito Administrativo Sancionador e a Nova Lei de Improbidade	Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises	Qualidade de vida e Saúde do Profissional de Segurança Pública
	602 60 0 4	602 60 0 4	602 60 0 4	602 60 0 4	602 60 0 4	602 45 0 3
Disciplinas Formação Básica	Compliance e Transparência no Setor Público	Primeiros Socorros: Procedimentos e técnicas no atendimento emergencial	Libras	Extensão universitárias- Aplicadas aos Conselhos Comunitários		
	602 45 0 3	602 45 0 3	602 45 0 3	602 60 0 4		
570 hrs	Disciplinas Form. Espec. Profissional	Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	Estágio Curricular	TOTAL	
	735 hrs	510 hrs	100 hrs	NSA	1.815 hrs	
Extensão como Componente Curricular	TOTAL	Nome da Disciplina	___ª Série			
180 hrs	2.035 hrs	COD. CH CH-1ºs CH-2ºs	CH CH-1ºs CH-2ºs			

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 (Resolução CEPE nº 2023.14)